Proc. TC-012.630/2013-6
Tomada de Contas Especial

Parecer

Trata-se de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Turismo contra o Senhor Severino Eudson Catão Ferreira, ex-prefeito de Palmeirina/PE nas gestões 2005/2008 e 2009/2012, em face da não comprovação da execução do Convênio n.º 429/2008, que objetivava “apoiar a implementação do projeto intitulado Festival da Arte e Cultura em Palmeirina/PE, conforme Plano de Trabalho aprovado”.

2. Por meio do Acórdão n.º 13.218/2016 – Segunda Câmara (Peça 70), o Tribunal julgou irregulares as contas dos Senhores Severino Eudson Catão Ferreira, Bruno Leandro da Silva, Adjailson Benedito de Barros e Carlos Marques Ferreira Júnior e da empresa ABB L. Promoções de Espetáculos Ltda., condenou-os solidariamente em débito e aplicou-lhes individualmente a multa capitulada no art. 57 da Lei n.º 8.443/92.

3. Ocorre que, nos autos do TC 004.377/2013-3 apenso, que trata de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Turismo em desfavor do Senhor Severino Eudson Catão Ferreira em razão da falta de comprovação da execução do Convênio n.º 1025/2008, que tinha por objeto a implementação do projeto intitulado “Festa de São Pedro”, consta proposta de citação de responsáveis ainda não apreciada pelo Tribunal (Peças 22 a 24, TC 004.377/2013-3 apenso). Registre-se que o TC 004.377/2013-3 foi apensado aos presentes autos por determinação do então Relator daquele feito, Ministro Weder de Oliveira (Peça 25, TC 004.377/2013-3 apenso).

4. Diante dessa situação, a Unidade Técnica propõe tornar insubsistente o Acórdão n.º 13.218/2016 – Segunda Câmara, em razão de a deliberação não ter tratado do mérito da matéria versada no TC 004.377/2013-3 apenso, para realizar a citação dos responsáveis nos termos propostos naquele processo (Peças 103 a 104).

5. Com as devidas vênias, consideramos que a situação sob exame reclama encaminhamento diverso, em atenção aos princípios da economia e da celeridade processual.

6. Embora as irregularidades tratadas nos Convênios n.ºs 429/2008 e 1025/2008 envolvam, em princípio, os mesmos responsáveis e contextos fáticos similares, circunstância que outrora motivou o aludido apensamento, não há necessária relação de interdependência ou prejudicialidade entre as duas Tomadas de Contas Especiais instauradas pelo Ministério do Turismo. Nesse contexto, tendo em vista que o Acórdão n.º 13.218/2016 – Segunda Câmara versou exclusivamente sobre questões relativas ao Convênio n.º 429/2008, sem a imposição de obrigação ou sanção ao responsável pertinente ao Convênio n.º 1025/2008, não vislumbramos a ocorrência de prejuízo à parte que possa acarretar a nulidade da deliberação, devendo a Tomada de Contas Especial atinente ao Convênio n.º 1025/2008 seguir sua tramitação própria e independente.

7. Considerando que a presente TCE já se encontra em fase recursal (Peças 86 e 88) e como forma de evitar o descompasso processual, entendemos que o encaminhamento mais adequado no caso concreto seja promover o desapensamento do TC 004.377/2013-3 para que a TCE tratada naquele processo tenha seu regular processamento, com a promoção da citação dos responsáveis ali arrolados.

8. Ante o exposto, esta representante do Ministério Público, dissentindo da Unidade Técnica, propugna pelo desapensamento do TC 004.377/2013-3 destes autos, com fulcro no art. 38 da Resolução TCU n.º 259, de 7/5/2014, para promover a citação dos responsáveis arrolados naquele processo, dando-se, em seguida, continuidade à apreciação dos recursos em sede deste feito.

Ministério Público, 20 de outubro de 2017.

Cristina Machado da Costa e Silva
Procuradora-Geral